
A IGREJA GRECO-MELQUITA CATÓLICA: MARTIRÍA E ESPERANÇA

The Greek-Melkite Catholic Church: martyrdom and hope

Theodoro A. C. de Oliveira¹

Em primeiro lugar agradecemos o I Simpósio de Teologia Oriental realizado pela FASBAM em Curitiba, onde o mesmo foi sinal de graça e unidade conhecendo e estreitando os laços dos vários orientais católicos ou ortodoxos espalhados por este nosso imenso Brasil.

O contexto Ocidental e o latinismo infelizmente em muitas realidades não permitem tal aprofundamento e expressão de liberdade na variedade dos ritos e tradições no coração da catolicidade.

Antes de partilharmos alguns aspectos históricos sobre os Greco-Melquitas aqui no Brasil, urge compreender um breve panorama sobre a compreensão de tradição e rito, porque ainda entre muitos as tradições são reduzidas a um simples rito ou ritual e isso deforma a ΠΑΡΑΔΟΣΙΣ - Parádosis (Tradição) e sob o impulso do Sínodo as Igrejas Orientais em Roma em 2009.

1 Tradição e rito: as cinco grandes tradições

Há uma “ignorantia facti et jus” no âmbito teológico ocidental, reduzindo as tradições apostólicas orientais a um simples rito e não proporcionando nos espaços latinos cursos e divulgação destas mesmas tradições e suas expressões espalhadas pelo mundo.

¹ Presbítero da Eparquia Greco-Melquita Católica para todo o Brasil e fundador Filhos e Filhas Misericordiosos da Cruz.

O Cânon 27, limitando-se ao conceito estritamente jurídico de uma Ecclesia sui iuris, não inclui o elemento “ritus”, por mais importante que seja, nesta definição. Observou-se em mérito que o estado de “pessoa jurídica” de uma Ecclesia sui iuris não implica por si em um ritus, analogamente a quantos na Igreja são personae physicae, ou seja, que são tais pelo único fato de serem batizadas, prescindindo de qualquer ritus.² Enquanto a definição de “Ecclesia sui iuris” tem um caráter jurídico, aquela do termo “rito”, amplamente descritivo, apresenta-se por sua vez separada. Sem dúvida o conceito estritamente jurídico de uma Ecclesia sui iuris é claramente descrito no cânon 27, mas a sua completa compreensão não pode prescindir do conceito de ritus contido no seguinte cânon 28 do CCEO, segundo o qual: Cânon 28 - § 1. O rito é o patrimônio litúrgico, teológico, espiritual e disciplinar, distinto pela cultura e circunstâncias históricas dos povos, que se expressa num modo de viver a fé que é próprio de cada Igreja sui iuris. § 2. Os ritos, tratados no Código são, a não ser que não conste contrariamente, aqueles que tem origem nas tradições alexandrina, antioquina, armena, caldeia e constantinopolitana.

Para falar sobre esta ou outra tradição urge ir mais além do rito e não desfingurar aquilo que é a plenitude das tradições e as particularidades que das mesmas surgem, para a riqueza da Igreja, una, católica e apostólica.

“O termo ritus é julgado inadequado na expressão e significado pleno de uma determinada comunidade católica reunida em torno de uma hierarquia e dotada de particulares elementos específicos étnico-religiosos, especialmente após o reconhecimento destas comunidades sob o status de Igrejas sui iuris... assim foi superada e se espera de modo definitivo, a terminologia ambígua em uso desde o séc. XVI, pelo qual se indicavam aquelas comunidades com o termo ritus, algo que convergia a atenção sobre as particularidades litúrgicas, danificando aquelas espirituais, culturais e disciplinares”³.

Segundo o Vaticano II, aquilo que constitui eclesiologicamente uma “Igreja particular ou rito” está descrito nos seguintes termos: o agrupamento estável de fiéis, ou seja, clero, monges, monjas, religiosos (as) e fiéis cristãos leigos), organicamente unido por uma hierarquia própria, o qual, na unidade da Igreja universal, vive e cresce no seu patrimônio litúrgico, teológico, disciplinar e espiritual. O decreto OE, tratando das Igrejas Orientais Católicas, usa uma expressão que foi muito discutida, ou seja, “Igrejas particulares ou ritos”, identificando neste modo o conceito de “Igreja particular” (Ecclesia

² Cf. Zuzek, Apresentação do “Codex Canonum Ecclesiarum Orientalium”, 601.

³ Nuntia 28 (1989) 19.

particularis) – como são, sobretudo as Igrejas Patriarcais, Arcebispos Maiores, e Metropolitanas – com aquele de “ritus”, e isso não é apropriado.

Mesmo diante de tantos documentos pontifícios, encontros e celebrações ainda há muitas resistências mesmo em âmbito católico latino de alguns pastores, religiosos e leigos com suas apatias e pouca formação e abertura em senso ad extra.

2 Sob o impulso do Sínodo de 2009

No dia 19 de setembro de 2009, o Papa emérito de Roma Bento XVI anunciou com alegria o Sínodo para o Oriente Médio, convocando todos os Patriarcas Orientais Católicos, com seus Bispos e outras delegações para que se preparassem sob inúmeros esforços para a recente Assembléia Especial do Sínodo dos Bispos para o Oriente Médio, realizado em Roma de 10 a 24 de Outubro de 2010, com o importante tema: “A Igreja Católica no Médio Oriente: Comunhão e testemunho. A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma (At 4, 32)”.

Uma convocação que se faz urgente no seio da catolicidade contemplando a riqueza e fragilidade do amplo mosaico das Igrejas Orientais, seu patrimônio espiritual-litúrgico e os momentos de martírio sob uma árdua, mas não impossível convivência entre as diversas pluralidades confessionais: cristianismo, islamismo e judaísmo. Afinal o Oriente é o berço de nossas raízes das quais os pastores, religiosos e leigos não podemos cancelá-las, mas sim conhecê-las em profundidade para que possamos neste mesmo espírito de comunhão e testemunho exigido pela base comum que é Cristo, o Sol da Justiça que vem do Oriente, celebrando assim os laços da liberdade e da paz que Ele mesmo nos oferece. O Oriente não é só cristão, mas também não é só mulçumano ou judeu e por isso urge reconhecer a caminhada histórica e cultural integrando os valores comuns desses três pilares e nisso os Orientais Católicos, sendo uma minoria em tal contexto “gemem em dores de parto” para manter suas tradições, ritos celebrativos e em alguns contextos a própria liberdade de expressão. Basta olhar o recente massacre dos católicos caldeus no Iraque onde alguns extremistas invadiram a Catedral na mesma capital desse país matando sacerdotes, fiéis e inúmeras crianças. Tais patologias surgem de uma visão deturpada e anacrônica que não reflete o verdadeiro espírito da comunhão e da libertação promovido pelo Evangelho de Jesus. Há também outros lugares onde cristianismo e islamismo tiveram e tem uma pacífica convivência no caso de Alexandria (Egito), evangelizada pelo Apóstolo Marcos e Sede antiga de dinamismo, berço da vida

monástica e grandes missionários enviados a tantas regiões. De fato os cristãos coptas do Egito (católicos ou ortodoxos) sempre ofereceram um testemunho de harmonia e inculturação sem perder a sua própria identidade.

“O objetivo desta assembleia sinodal é prevalentemente pastoral. Embora não podendo ignorar a delicada e por vezes dramática situação social e política de alguns países, os Pastores das Igrejas no Médio Oriente desejam concentrar-se sobre os aspectos próprios da sua missão... Sob a guia do Espírito Santo, reavivar a comunhão da Igreja Católica no Oriente Médio. Antes de tudo no interior de cada Igreja, entre todos os seus membros e depois também nas relações com as outras Igrejas”, destacou Bento XVI.

Durante os vários dias em Roma, os Patriarcas, os eparcas (bispos) e outros delegados ofereceram suas intervenções preciosas para que cheguem ao coração de Roma e de todos os cristãos espalhados pelo mundo, mostrando assim que os orientais católicos também estão inseridos missionariamente e que apesar das diferenças rituais litúrgicas são também eles católicos como os demais e convocados ao testemunho da paz, da justiça e da solidariedade.

O cristianismo não se distingue pela expansão, pelo número ou proselitismo, mas pela força da vida comunitária vivida e celebrada sob o impulso do Espírito que nos congrega na fé una e apostólica e no respeito das diferenças sob a liberdade que é um dom sacro do Criador.

Tal Sínodo foi formado por uma Assembleia especial e pelos teólogos (as): religiosos e leigos convocados por sua Santidade para que pudessem contribuir nas várias reflexões e estudos, entre as quais:

- a) a situação dos cristãos no Médio Oriente; e
- b) os desafios que os cristãos devem enfrentar e a resposta dos cristãos na vida cotidiana.

Urge também ressaltar a contribuição que os mesmos católicos orientais podem e devem oferecer para o diálogo ecumênico com as Igrejas Ortodoxas e com nossos irmãos judeus e muçumanos no complexo contexto do Oriente Médio, como afirmou Bento XVI: “Fico feliz em saber que durante o encontro levou-se em consideração esta particular questão e os incentivos para que o tema seja objeto de novos estudos, cooperando assim, ao comum compromisso de aderir ao pedido do Senhor: “Que todos sejam um... para que o mundo creia” (Jo 17, 21).

Oxalá a Igreja possa incentivar novos encontros como este para que todas as comunidades cristãs possam partilhar e conhecer o profundo patrimônio oriental católico,

estudando e rezando em comunhão com esses nossos irmãos que em terras longínquas, celebram a mesma Eucaristia e oferecem o seu testemunho em meio a adversidades pelo Evangelho e ao serviço dos mais sofridos nas terras do Oriente cristão.

É nesse impulso que os bispos latinos das diversas Igrejas particulares devem promover e incentivar a formação teológica do clero e dos leigos abrangendo também temas orientais que fazem parte de nossa mesma catolicidade e caminhada eclesial. Fica a proposta e o empenho para que possamos nos unir com os vários cristãos do Oriente sob o impulso do grito de Jesus: “Não temais pequenino rebanho!”.

3 Tradição Greco-Melquita Católica - Antioquena ou Constantinopolitana?

O berço é Antioquia (“Cidade de Deus”)⁴, uma das primeiras comunidades cristãs e onde a missionariedade da Igreja apostólica formou muitos cristãos missionários sendo enviados a tantas outras comunidade pelo extenso Oriente.

Com a propagação da tradição constantinopolitana os melquitas dentro do contexto do império cristão absorveram com serenidade a catequese do ilustre Crisóstomo, Patriarca de Constantinopla e grande modelo de inculturação onde a sua liturgia é celebrada nas várias Igrejas bizantinas em suas línguas locais.

A palavra “melquita” é a tradução árabe do grego “Basilikós”, ou seja, imperial, nome consignado pela primeira vez em 460 d. C., no Egito pelos chamados naquele período de Monofisitas aos Ortodoxos liderados por Timóteo Solofaciol patriarca legítimo apoiado pelo imperador bizantino Leão I. Do Egito tal nome passou à Síria dando origem ao epíteto árabe “malki”. Hoje, tal uso é reservado aos Melquitas católicos de rito bizantino. Os melquitas no Oriente preferem o nome de “Rum”, ou seja, romanos do Oriente, Bizantinos, mas Rum se refere também aos melquitas católicos, porém sempre com o acréscimo do adjetivo “**Kathulík**” para distinguir-se dos Ortodoxos. O termo “melquita” é usado mais na diáspora enquanto a expressão “**rum kathulík**” – romanos católicos aplica-se aos melquitas presentes no Oriente.

A tradição melquita utilizou nos séculos V-VIII a língua grega, e sucessivamente o árabe. Nos séculos X-XIII os melquitas adotaram o rito bizantino traduzindo os livros litúrgicos antes em siríaco e logo, a partir do séc. XVII, em língua árabe e na diáspora celebra-se nas línguas locais preservando algumas partes litúrgicas em grego e árabe.

⁴ ...em Antioquia é que os discípulos, pela primeira vez, foram chamados pelo nome de cristãos” (At 11, 26).

Em Antioquia havia somente um único Patriarcado com sede em Damasco até que, em 1724 um grupo de fiéis e clérigos se separaram unindo-se à Sede de Roma.

Tal união foi ‘dolorosa’ formando assim os dois Patriarcados (aquele Ortodoxo e aquele Melquita Católico) no seio de uma única Sede.

O proselitismo latino através de muitos religiosos missionários (jesuítas, franciscanos, etc) incentivou a união pro-Roma e os interesses políticos em Damasco e na região árabe por uma independência sob a forte influência helênica era grande por isso para muitos cristãos árabes tal fato foi propício e ao mesmo tempo um prato cheio como dizemos em nosso contexto. Não questionamos aqui a união com Roma, mas o modo como tudo isso se deu e o modo como os orientais foram ‘usados’ nesta ótica de interesses políticos e culturais. Tudo isso foi questionado por fiéis e pastores locais, mas ambos os Patriarcados continuaram cada qual por seu caminho, embora hoje tal relação seja recíproca e frutuosa entre ambos os Patriarcados porque possuem a mesma base e raízes.

Recordemos a saudosa e incômoda figura do Arcebispo Elias Zoghbi – Arcebispo de Baalbek (Líbano) dos Melquitas falecido em 16/1/2008. Promotor do ecumenismo em particular com a Igreja Ortodoxa de Antioquia, mas infelizmente muitos de seus escritos e ideias foram rejeitados e arquivados em nossos museus. Ele mesmo sentia a ferida da divisão dos dois patriarcados em Damasco e propagava um diálogo em primeiro lugar entre estas mesmas Igrejas sem a interferência romana e também em outros aspectos sacramentais. Os teólogos inteligentes morrem e somente são valorizados séculos vindouros.

Expomos aqui no âmbito canônico algumas fontes⁵ (sinodais e pontificias) importantes, referentes à Igreja Greco-Melquita Católica. Atos dos Papas:

Instruções e decretos dirigidos ao Bispo de Saida Euthímio Saifi, aos Patriarcas Cirilo V Zaim e Cirilo VI Tanás, entre os anos 1714-1729⁶;

Bula Demandatam de Bento XIV, de 24/12/1743⁷;

Bula Inter Gravissima de, 7/3/1746;

Bula Omnibus compertum de Leão XIII, de 21/7/1900.

Sínodos da Igreja Melquita: segundo Korolevskij, entre os anos 1731 e 1900 os sínodos da Igreja Melquita são 13, do qual os mais importantes são oito: o segundo Sínodo

⁵ Cf A. Coussa, *Indication des sources du droit canonique chez les Melkites*, Typis Polyglottis Vaticanis, 1932, 375-468.

⁶ Cf Mansi, 46, col. 1-183.

⁷ Cf Mansi, 46, col. 331ss.

de S. Salvador (1751), o terceiro de S. Salvador (1756), o Sínodo de Santo Isaías (1761), o quarto Sínodo de S. Salvador (1790), o Sínodo de Carcafê (1806), o Sínodo de Ain-Traz (1835), o Sínodo de Jerusalém (1849) e o Sínodo de Ain-Traz (1909)⁸ da lista de Korolevskij⁹. Mansi e Leclercq citam também os Sínodos de Alepo (1724) e o Sínodo de Ain-Traz (1902)¹⁰.

Pode-se dizer que a legislação mais importante da Igreja Melquita está contida nos seguintes Sínodos:

Sínodo de S. Salvador de 1790.

Sínodo de Carcafê de 1806: condenado pelo papa Gregório XVI, em 3/6/1835¹¹: o único aprovado pela Congregação para a Propagação da Fé¹².

Sínodo de Jerusalém de 1849.

Sínodo de Ain-Traz de 1902.

Sínodo de Ain-Traz de 1909 (texto latino, Typis Polyglottis Vaticanis 1913).

4 Presença dos Greco-Melquitas no Brasil

“Os fiéis cristãos de toda Igreja sui iuris também os da Igreja latina que por razão de ofício, de ministério ou função tem relações frequentes com fiéis cristãos de outra Igreja sui iuris, sejam formados cuidadosamente no conhecimento e cultivo do rito da mesma Igreja de acordo com a importância do ofício, ministério ou função que realizam” (Cânon 41).

As igrejas particulares no Brasil inspiradas e impulsionadas pelo cânon do CCEO acima citado não podem ignorar a presença do orientais católicos em suas várias Eparquias/Exarcados ou Institutos religiosos bizantinos onde se encontram dispersos mesmo dentro de outros contextos latinos atuando de maneira digna e zelosa por manter suas raízes sob uma inculturação equilibrada e justa.

Os melquitas católicos estão espalhados em todo o Brasil através de suas colônias nos grandes centros ou não sob a guia de seu Eparca atual, sua Excia. Dom Fáres Maakaroun (membro legítimo da CNBB) com Sede em São Paulo (Catedral Nsa. Sra. do Paraíso).

⁸ Cf. Korolevskij, *Histoire des Patriarcats Melkites*, t. III, 366-372.

⁹ Cf. *Fonti*, fasc VIII, serie I: *Studi storici sulle Fonti del diritto canonico orientale*, Roma 1932, 324.

¹⁰ Cf. Mansi, 46, col. 634 s; H. Leclercq *Histoire des Conciles*, t. 11, 1 et t. 11, 2, Paris 1949.

¹¹ Cf. Mansi, 46, col. 757 s.

¹² Cf. Mansi, 46, col. 1051 s.

A chegada dos Melquitas Católicos ao nosso país não é fruto de um colonialismo ou por desejo de expansionismo como se deu séculos outrora. Mesmo assim tal chegada ou presença é digna de todo apreço, atenção e devida acolhida mesmo dos bispos e fiéis latinos e em particular daqueles que vivem apaticamente diante dos mesmos.

Devido às inúmeras crises e guerras no Oriente Médio muitos sírios e libaneses imigraram para o Brasil por volta do ano de 1869 e 1890. Outros partiram para os EUA, Austrália e outros países em busca de estabilidade e Paz.

O Patriarcado Melquita Católico em união pela Santa Sé o primeiro pároco Arquimandrita Elias Couéter, nascido em 1896 em Damasco(Síria) e se estabelecendo na Arquidiocese do Rio de Janeiro encontrando-se com o Arquimandrita Jorge Haddad que deixava o país e retornava ao Líbano.

A Arquidiocese do Rio ficou responsável inicialmente pelos fiéis orientais católicos sob a guia de Dom Jaime de Barros Câmara que em 1946 declarou a primeira paróquia de S. Basílio para os fiéis Greco-Melquitas Católicos, com seu primeiro pároco o Arquimandrita Elias Couéter.

Com o passar dos anos sob orientação do Patriarcado Melquita e da Santa Sé a estrutura eclesiástica dos fiéis melquitas foi se estruturando devido as exigências pastorais, sendo lançada a pedra fundamental da Catedral Nsa. Sra. do Paraíso no dia 23/08/1951, em cerimônia presidida por sua Eminência o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, então Arcebispo de S. Paulo. Em 25/11/1960, o Papa João XXIII nomeou o Arquimandrita Couéter, bispo auxiliar de Dom Jaime para a Comunidade Greco-Melquita Católica do Brasil, fixando residência na mesma Catedral em S. Paulo.

Em 1971 com o falecimento de Dom Jaime de Barros Câmara e em 1972 o Papa Paulo VI sob o Decreto “Cum Fidelium”, criava as três dioceses orientais católicas no Brasil: maronita (SP), melquita (SP) e ucraniana (PR) sob o impulso do Concílio Vaticano II: “Onde for necessário para o bem espiritual dos fiéis, constituam-se paróquias e hierarquias próprias...” (Decreto *Orientalium Ecclesiarum* 4). A Arquidiocese do Rio de Janeiro já não tem jurisdição sob os Greco-melquitas católicos dado que já possuem seu próprio Eparca, mas constituem um Ordinariato para os fiéis orientais católicos (russos, ítalo-albaneses, romenos, etc), fiéis estes que ainda não possuem um seu respectivo Eparca ou Exarca. Elencamos aqui somente em nível de informação os Eparcas melquitas em nosso Brasil até os nossos dias:

1971-1977 – Excia. Dom Elias Couéter (sírio);

1978-1990 – Excia. Dom Spyridon Mattar (egípcio);

1990-1998 – Excia. Dom Pierre Mouallem (palestino);

2000 - Excia. Dom Farés D. Maakaroun (libanês) – atual Eparca.

Não compete a nós explorarmos neste breve texto uma visão de censo, mas compreender a importância de nossa presença e missão nesse contexto brasileiro e também outros pastores latinos para que abram a própria visão indo além do CIC ou do CCEO em prol dos fiéis ou religiosos orientais e latinos em sua caminhada harmônica e missionária.

Os Melquitas se encontram hoje com paróquias em: S. Paulo (Catedral Nsa. Sra. do Paraíso), Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Fortaleza, Taubaté-Tremembé e em outras partes onde o Eparca Melquita para todo o Brasil visita seus diversos fiéis mesmo sem uma paróquia específica (ex.: presença dos fiéis em Itajubá e Belo Horizonte, onde os síriacos católicos cedem o uso da Paróquia do Sagrado Coração para os nossos fiéis e em nível de fundação de Instituto religioso temos o Instituto Filhos (as) Misericordiosos da Cruz, Mosteiro Eparquial – constituído em 27/5/2005 como único centro formativo vocacional com sede em Votorantim/SP e presença missionária nos estados de SP, GO, MG e RS.

5 Ano Litúrgico Bizantino

É uma celebração contínua do mistério Pascal-Pentecostal, mistério do qual era o tema explícito ensinado em cada domingo do ano no século XIX. Esta orientação de ressurreição e escatologia da liturgia bizantina é a base das devoções ao falecido e marcada no ano bizantino. A ligação entre o morto e o aspecto escatológico de devoção litúrgica bizantina deveria ser sublinhada. Além disso, o aspecto mariano do advento bizantino, às vezes negligenciado, deveria ser realçado como um modelo para nosso ministério eclesial de reconciliação. O ritmo das festas, sempre foi moldado por: pré e períodos pós-festas, permitindo ao tempo a reflexão estendida nos mistério do Jubileu.

6 As Doze Grandes Festas (Dôdeka Eortón)

A expressão “Doze festas” é comum entre os fiéis bizantinos que agrupam assim as principais festas litúrgicas do ano (superadas pela importância somente pela Páscoa), nas quais se recordam e revivem os principais eventos da nossa fé. O adjetivo “grande” foi acrescentado para melhor compreensão por parte dos fiéis ocidentais: com efeito, as

“Doze festas” já indicam, com seu título, a categoria mais alta das festas. Nove possuem data fixa e três têm data móvel (relacionadas com a data da Páscoa). Algumas delas são festas “despóticas”, conforme dizem os gregos, isto é, do Senhor, as outras são “theomitóricas”, isto é, da Mãe de Deus. Como os Minéa (referente aos meses) começam dia 1º de Setembro, elas se sucedem na ordem seguinte:

Festas com data fixa

8 de setembro – Natividade da Mãe de Deus (Início do Ano Litúrgico)

14 de setembro – Exaltação da Santa Cruz

21 de novembro – Apresentação da Mãe de Deus ao templo

25 de dezembro – Natal do Senhor

6 de janeiro – Teofania (Batismo do Senhor)

2 de fevereiro – festa do Encontro

25 de março – Anunciação

6 de agosto – Transfiguração (Metamorfose)

15 de Agosto – Dormição da Mãe de Deus (Conclusão do Ano Litúrgico)

Festa com data móvel:

Entrada de Jesus em Jerusalém, ou Domingo de Ramos

Ascensão do Senhor

Domingo de Pentecostes

Obs.: Akáthistos – este ofício canta-se solenemente nas cinco primeiras sextas feiras da quaresma. É composto de oito odes ou hinos, inspirados em geral nos cânticos da Sagrada Escritura, como todos os ofícios do rito bizantino. Possui vinte e quatro estrofes chamadas “monumentos de louvores”. Essas estrofes, só se cantam inteiras, na quinta sexta feira da quaresma. Mas os fiéis as recitam muitas vezes, por devoção, durante o ano. Esta série de hinos à Santa Virgem chama-se “Akáthistos” porque, como indica a etimologia da palavra, devem ser cantados de pé. Sua origem é discutida. Crê-se que tenham sido compostos em ação de graças à Theotókos por ter libertado três vezes Constantinopla por ocasião da invasão dos Bárbaros. Também o Hino da Paráklisis – Súplicas à Mãe de Deus é de grande riqueza – a mariologia bizantina tem sempre um direcionamento litúrgico e não alienante ou pietístico.

A Igreja Greco-Melquita tem suas raízes na vida monástica oriental e também elogia e apoia o sacerdócio casado como praxe da antiga tradição apostólica. Oxalá Roma e a CNBB possam se abrir para tal tradição aqui no Brasil e que nossa Eparquia tenha a

justa liberdade para formar também sacerdotes casados e trazer também os mesmos do Oriente cristão para dar sua rica contribuição a nossa obra missionária.

Possa essa breve reflexão ser uma contribuição para todos os fiéis e clérigos e entre os orientais católicos ou ortodoxos no Brasil e que nossos Eparcas possam ter mais expressão e voz na CNBB.

Referências

A Identidade das Igrejas Orientais Católicas – CCEO – Vol. III. São Paulo: Gril Gráfica Editora, 2009.

Obras orientais do mesmo autor.

